

47 Ambiente; 3 – Avaliação do CONSEMA e planejamento de atividades para 1999; 4 –
48 Assuntos gerais. Passou-se ao primeiro item da pauta: **”aprovação da ata da 17ª Reunião**
49 **Ordinária do CONSEMA”**. O Sr. Sandor Grehs solicitou que, nas linhas 79 e 169, onde se
50 lê **”...COSNEMA...”**, passe a ler-se CONSEMA. Feito isso a ata foi colocada em votação
51 sendo aprovada com a ressalva citada. O Sr. Cláudio Langone sugeriu estabelecer o horário
52 de dezessete horas para o término da reunião o que foi do acordo de todos. Passou-se para o
53 segundo item da pauta: **“formação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente”**. O Sr.
54 Presidente fez uma introdução informativa sobre o assunto, dizendo ser fundamental incluir
55 esse ponto na primeira reunião do Conselho em função de tratar-se de um compromisso do
56 governo que assume, tendo o CONSEMA, extrema importância neste processo de criação da
57 Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Fez referência as Conferências Estaduais de Meio
58 Ambiente que não se realizaram no governo anterior, salientando a importância das mesmas.
59 Disse que será necessário rever as diretrizes da política do Estado e também reorganizar a
60 gestão ambiental. Destacou que foi decidido que seria mais adequado proceder a posse do
61 futuro Secretário na Presidência da Fepam e trabalhar no envio à Assembléia Legislativa, do
62 Projeto de Lei que cria a Secretaria de Meio Ambiente como uma Secretaria Permanente.
63 Fez observações sobre o processo de transição para a criação desta Secretaria e sua estrutura
64 com a instalação nos órgãos existentes, compreendendo a Fundação Estadual de Proteção
65 ambiental-FEPAM, vinculada à Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente; a Fundação
66 Zoobotânica, Jardim Botânico, Jardim Zoológico, Museu de Ciências Naturais e o Parque
67 Estadual do Delta do Jacuí; DRNR, vinculados à Secretaria da Agricultura e Abastecimento;
68 a função de Coordenação do Programa Pró-Guaíba, vinculado à Secretaria de Coordenação e
69 Planejamento e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, vinculado à Secretaria de Obras e
70 Saneamento. A idéia inicial de estrutura reque a criação de um organismo que trate da
71 educação ambiental que inclui o processo de municipalização da gestão ambiental bem
72 como uma orientação aos Municípios sobre a questão da destinação dos resíduos sólidos
73 urbanos. Fez comentários sobre a comissão executiva de trabalho e salientou que o Projeto
74 de Lei de criação da Secretaria deverá ser enviado à Assembléia Legislativa até o final do
75 mês de fevereiro. Disse também, que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente deve ser
76 responsável pela organização da Conferência Estadual do Meio Ambiente neste ano, onde
77 serão discutidas as políticas de gestão ambiental do Estado. Após os esclarecimentos passou
78 a palavra aos Conselheiros para manifestações, estabelecendo um período de 40 minutos
79 para essa discussão e um tempo de três minutos para cada manifestação. A Sra. Kathia
80 Vasconcellos Monteiro solicitou informações a respeito do organograma da Secretaria e se o
81 mesmo será apresentado ao CONSEMA e também se já houve alguma reunião com os
82 técnicos da FEPAM e da Fundação Zoobotânica sobre a questão da Secretaria. O Sr. Sandor
83 Arvino Grehs parabenizou a tentativa de unificação do Conselho de Recursos Hídricos e o
84 CONSEMA, salientando que esta questão foi uma preocupação quando da instalação do
85 Conselho. Salientou que existem projetos que foram concebidos sem as devidas adequações
86 e isto deve ser repensado. Disse que a aplicação do comitê de bacia pode significar estudos
87 mais detalhados como educação ambiental e incorporação tecnológica. Respondendo aos
88 Conselheiros, o Sr. Cláudio Langone informou que o organograma será apresentado ao
89 CONSEMA em uma reunião posterior. Disse que uma estrutura de governo está tratando do
90 assunto, sendo que as definições ainda são genéricas e não foram transformadas em
91 organograma, sendo necessária a realização de uma reunião extraordinária do CONSEMA
92 para este período. Salientou que está sendo iniciado um processo de audição com os técnicos

93 das áreas que dizem respeito ao processo de diagnóstico dos órgãos existentes. Com relação
94 a manifestação do Sr. Sandor Arvino Grehs esclareceu que há um conjunto de arranjos
95 legais que criam estruturas diferenciadas e esse diálogo deve ser feito no processo de
96 organização da Secretaria com situações transição até uma estrutura ideal. O Sr. Moacir
97 Ângelo Deves comentou sobre a questão da Companhia Riograndense de Saneamento
98 sugerindo que a Secretaria do Meio Ambiente aproveite esta estrutura, salientando que esta
99 discussão deve ser revista. O Sr. Marco Simon fez observações sobre a possibilidade de uma
100 descentralização administrativa do governo, destacando que se faz necessários,
101 principalmente, no tocante à área ambiental. Com relação à Secretaria perguntou se existe
102 algum planejamento, tendo em vista uma atuação regionalizada das questões ambientais.
103 Com relação a CORSAN, o Sr. Presidente esclareceu que a situação da CORSAN, não
104 estava definida. Disse que não há uma definição de governo de manutenção da Secretaria de
105 Obras, Saneamento e Habitação, como Secretaria de Obras e Saneamento sendo que a
106 habitação terá uma secretaria específica. Disse que o governo está discutindo a criação de
107 um fórum permanente intersecretariais que aglutinem, por assuntos as secretarias para
108 articularem as interfaces de maneira permanente com assento dos Secretários. No caso do
109 Estado, este fórum reuniria, centralmente, a Secretaria do Meio Ambiente e a CORSAN. Fez
110 observações sobre as instâncias de participação comunitária com a implementação do
111 orçamento participativo, a nova relação com os COREDES e a nova relação das instâncias
112 existentes com as que serão criadas. Quanto a regionalização da política ambiental disse que
113 é necessário aprofundar o processo de pactuação de responsabilidade de gestão do Sistema
114 Estadual do Meio Ambiente, envolvendo centralmente as prefeituras. Destacou que uma das
115 funções centrais da Secretaria do Meio Ambiente, através da FAMURS, é de consolidar a
116 criação de estruturas municipais que se responsabilizem por questões ambientais. O Sr.
117 Mário Buede Teixeira solicitou informações sobre o grupo que deverá desenvolver o
118 planejamento de criação da Secretaria do Meio Ambiente e se já existe este núcleo inicial. O
119 Sr Edni Oscar Schroeder fez observações a respeito da preocupação na educação em relação
120 a questão ambiental, salientando que a Secretaria está tentando realizar uma discussão sobre
121 a proposta de educação do campo com estas características. Ressaltou que analisando,
122 rapidamente, a proposta de criação da Secretaria não verificou o perfil do meio rural
123 presente na discussão. Respondendo as questões formuladas o Sr. Presidente explicou que
124 ainda não há uma Portaria formalizando uma comissão para elaborar a estrutura da nova
125 Secretaria e sim um grupo pequeno de pessoas, designado pela Presidência da FEPAM, para
126 realizar o trabalho de recolhimento de informações, legislações existentes e estruturas de
127 Secretarias de outros Estados para um comparativo, sugerindo a criação de uma Câmara
128 Técnica Provisória do CONSEMA para acompanhamento desse processo. O Sr. Jackson
129 Müller fez comentários sobre os sistemas estaduais existentes na área de meio ambiente e
130 também sobre a movimentação das administrações públicas municipais em relação a
131 aplicação da Lei nº 11.038 de 1997, que estabeleceu os procedimentos para ICMS
132 Ecológico. Salientando que deve haver um cuidado especial a integração desses sistemas
133 onde a FAMURS se dispõe a auxiliar no que for possível. O Sr. Cláudio Langone, para
134 esclarecimentos, informou que o Estado manterá uma relação periódica com o Conselho de
135 Dirigentes Municipais de Meio Ambiente – CONDIMA, Conselho esse que consolidou
136 avanços significativos na relação dos municípios com o Estado. A respeito às interfaces,
137 disse que será elaborado um calendário de reuniões com todas as Secretarias onde se inclui,
138 numa situação especial, a Secretaria de Educação, identificando as áreas de interesse comum

139 e desencadeando a formação de grupos de trabalho para desenvolver os projetos de maneira
140 mais detalhada. Não havendo mais manifestações passou-se para o terceiro item da pauta:
141 **“avaliação do CONSEMA e planejamento de atividades para 1999”**. O Sr. Cláudio
142 Langone, antes da manifestação dos Conselheiros, disse que a Secretaria Executiva e o novo
143 governo devem recolher as observações da avaliação do funcionamento de instâncias como
144 essa no governo anterior, para proceder, em conjunto com o Conselho, discussões para o
145 aprimoramento de questões consideradas necessárias, a manutenção das que operaram bem
146 no período anterior e a elaboração das pautas prioritárias para esse ano. Feito isso passou a
147 palavra aos Conselheiros. O Sr. Jackson Müller sugeriu que as reuniões do Conselho se
148 tornem mensais em função da grande demanda de temas emergentes e urgentes dentro da
149 área ambiental. O Sr. Marco Simon se reportou ao período de criação do CONSEMA,
150 destacando as dificuldades na implementação prática de questões relativas ao Conselho
151 Estadual. Disse que, quando o Conselho foi oficializado, as entidades ambientalistas tinham
152 a certeza que algumas situações não voltariam a acontecer, tendo em vista que o Conselho
153 seria, por força de lei, o órgão normativo e deliberativo das questões ambientais do Estado, o
154 que não ocorreu. Comentou a dificuldade em relação as reuniões periódicas, destacando a
155 questão do caso Bahamas que, somente foi analisada em função de solicitação feita por
156 Conselheiros. Outro aspecto mencionado diz respeito ao Regimento Interno e seu
157 sucateamento que impossibilitam o pleno desenvolvimento deste Conselho. Teceu
158 comentários sobre a primeira administração deste Conselho, salientando que a maioria das
159 questões ambientais não foram apresentadas ou discutidas. Salientou que, com a nova
160 estrutura, as deliberações que serão discutidas sejam apresentadas ao Plenário, refletindo o
161 desejo deste Conselho. Enfatizou a importância das realizações periódicas das Conferências
162 Estaduais de Meio Ambiente, bem como a periodicidade, com mais estrutura, das reuniões
163 do Conselho. O Sr. Sandor Arvino Grehs concordou com as considerações do representante
164 da ASEPAN, destacando aspectos como as extensas pautas apresentadas e pedidos de
165 informações que não foram respondidos. Sugeriu que, com a nova administração, resgatar
166 tais informações para um posicionamento do Conselho. A sra. Kathia Vasconcellos
167 Monteiro, complementando, destacou que as Câmaras Técnicas instaladas foram somente as
168 de interesse do governo, sendo que as deliberadas pelo Conselho não foram chamadas a
169 atuar, citando como exemplo a Câmara Técnica de ICMS Ecológico. O Sr. Hugo Springer
170 destacou que as que foram, adequadamente estimuladas, produziram um bom trabalho,
171 salientando que, uma vez criada, a Câmara deve atuar. Fez observações sobre o Projeto que
172 trata do Código Ambiental do Estado, destacando que pouco foi tratado neste Conselho.
173 Disse que o potencial de contribuição que a sociedade pode obter do Conselho é enorme,
174 mas deve ser adequadamente utilizado. O Sr. Jackson Müller fez observações sobre a
175 questão da alteração do artigo 18, do Código Florestal Estadual, no que diz respeito a
176 desobrigar as empresas e atividades que fazem o plantio de espécies exóticas, utilizadas
177 como fonte energética, alertando para esta situação e que o Conselho tenha um
178 posicionamento sobre a questão. O Sr. Francisco Milanez citou a questão da paridade do
179 Conselho, sugerindo esta discussão devido a importância do assunto. Recolhendo a síntese
180 das intervenções o Sr. Cláudio Langone disse que há uma avaliação média positiva em
181 relação aos trabalhos consolidados. Quanto as sugestões de aprimoramento em relação ao
182 funcionamento do Conselho, informou que este conjunto de sugestões deverá ser avaliado
183 pelo governo e implementado a partir de uma interlocução entre a Secretaria Executiva e o
184 conjunto dos Conselheiros. Outro aspecto analisado diz respeito ao aprimoramento da

185 periodicidade das reuniões e alteração do Regimento Interno, através da Câmara Técnica
186 Provisória de revisão do Regimento Interno. Quanto a periodicidade, disse que não há
187 divergência, por parte da Secretaria Executiva, em relação a proposta apresentada, mas essa
188 alteração deve ser discutida num quorum mais amplo, pois envolve o deslocamento de
189 Conselheiros que não são da região metropolitana. Dessa maneira propôs, nesse primeiro
190 período, uma periodicidade mínima mensal de realização de reuniões do Conselho.
191 Esclareceu que a Câmara Técnica que tratará de revisão do Regimento Interno, ainda não foi
192 instalada, pois algumas entidades não indicaram seus representantes sendo que a
193 composição, até o momento, é a seguinte: CEA, FETAG, Secretaria Estadual da Cultura. O
194 Sr. Marco Simon comentou que o Plenário optou, nas últimas nomeações das Câmaras
195 Técnicas Provisórias, por permitir a liberdade para as instituições indicarem seus
196 representantes em razão das dificuldades apresentadas, constando nas Resoluções somente o
197 nome da entidade. O Sr. Presidente ressaltou que, embora no momento não exista mais
198 quorum no plenário para deliberar, havendo a opção de instalação desta Câmara Técnica
199 com esse conjunto de entidade que seja instalada. Esclareceu que, conforme cronograma, a
200 próxima reunião estava prevista para o dia 19/03/99, mas devido ao exposto, sugeriu
201 convocar uma reunião extraordinária para o dia 05/02/99, às 14h00min, com a seguinte
202 pauta: criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e planejamento de pautas para
203 1999. Foi solicitado esclarecimentos sobre o fluxo interno de informações do Conselho. O
204 Sr. Presidente esclareceu que estas questões deverão ser discutidas, mencionando que poderá
205 haver mecanismos de aprimoramento desse fluxo aos Conselheiros através de um boletim
206 interno do Conselho ou uma rede fechada de acesso à Internet, procedendo, por fim, a um
207 breve esclarecimento sobre a dinâmica de funcionamento do Conselho. Foi solicitado que a
208 estrutura da nova Secretaria bem como a atuação do CONSEMA neste órgão seja divulgada
209 o que foi do acordo da Presidência. Não havendo mais nada a ser tratado, o Sr. Cláudio
210 Langone encerrou os trabalhos às dezessete horas, agradecendo a presença de todos. Nada
211 mais havendo a registrar, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos
212 Conselheiros presentes à reunião.

Claudio Roberto Bertoldo Langone

Secretário Executivo

Diretor-Presidente da FEPAM

Clarice Mello Guimarães Mautone

Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais

Eberson José Thimmig Silveira

Secretaria de Energia Minas e Comunicações

Dóris Maria S. de Oliveira

Secretaria da Cultura

Edni Oscar Schroeder
Secretaria de Educação

Paulo Fernando Alves
Secretaria de Coordenação e Planejamento

Marco Antônio Simon
ASEPAN

Francisco Milanez
AGAPAN

Kathia Vasconcellos Monteiro
Núcleo Amigos da Terra/Brasil

Luiz Augusto Signor
ABEPAN

Alexandre Melo Soares
Centro de Estudos Ambientais

Mário Buede Teixeira
Instituição Universitária Privada

Sandor Arvino Grehs
Instituição Universitária Pública

Moacir Ângelo Deves
Sindiágua

Participantes da 18ª Reunião Ordinária do CONSEMA, realizada em 15/01/99

Fernando Petersen Júnior
Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul

Hugo Springer
FIERGS

Margô Guadalupe Antonio
DRNR

Jackson Müller
FAMURS